

ADVERSO

Nº 170 - Setembro de 2009

Impresso
Especial

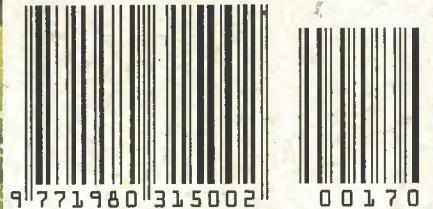
0334/2001-DR/RS

ADUFRGS

CORREIOS...



ISSN 1980315-X



Encontro do Proifes

Mais proteção para as Ifés

Encontro que reuniu docentes de Instituições Federais de Ensino Superior de todo o País reafirma o caráter sindical do Proifes e aprova transformação da entidade em federação.

Páginas 14 a 17



ADUFRGS SINDICAL
INFORMA

FIQUE POR DENTRO DOS EVENTOS DA ADUFRGS SINDICAL PARA OUTUBRO

15 de outubro
Encontro dos Aposentados

16 de setembro a 16 de outubro
Coleta de brinquedos e
produtos de higiene pessoal
para as crianças das Casas de
Acolhimento da FASC

16 de outubro
Jantar do Dia
do Professor

21 de outubro
Entrega das doações
nas Casas de
Acolhimento da FASC

PARTICIPE

www.adufrgs.org.br



Rua Otávio Corrêa, 45 Porto Alegre/RS
CEP 90050-120 Fone/Fax: (51) 3228.1188
secretaria@adufrgs.org.br
www.adufrgs.org.br

Presidente - Claudio Scherer
1º Vice-Presidente - José Carlos Freitas Lemos
2º Vice-Presidente - Maria Luiza Ambros von Hollenben
1º Secretária - Daniela Marzola Fialho
2º Secretária - Elizabeth de Carvalho Castro
3º Secretária - Maria Cristina da Silva Martins
1º Tesoureiro - Paulo Artur Kozen Xavier de Mello e Silva
2º Tesoureira - Maria da Graça Saraiwa Marques
3º Tesoureiro - Ana Paula Ravazzolo

ADVERSO

Publicação mensal impressa em
papel Reciclado 90 gramas
Tiragem: 5.000 exemplares
Impressão: Comunicação Impressa

Produção e Edição:
 VERDEPERO
(51) 3228 8369

ISSN 1980315-X



Editora: Maricélia Pinheiro (MG 05029 JP)
Reportagens: Maricélia Pinheiro, Marco Aurélio Weissheimer,
Clarissa Pont e Aline Pellegrini (estagiária)
Projeto Gráfico: Eduardo Furasté
Diagramação: Eduardo Furasté e Sílvia Pont (estagiária)

ÍNDICE

04

SEGURIDADE SOCIAL

NOTÍCIAS

05

PING-PONG

Paulo Brack

«O Rio Grande do Sul
está sofrendo uma pilhagem
ambiental»

REPORTAGEM

PEC 12 «Calote Institucional?»
por Maurício Boff

12

VIDA NO CAMPUS

CENTRAL
Encontro Proifes

Professores aprovam transformação
da entidade em sindicato

18

ARTIGO
Análise do Pré-Sal
por Fernando Siqueira

OBSERVATÓRIO

20

22

NAVEGUE

ORELHA

23

24

EM FOCO
Telesur
O sul se vê por aqui

+1

26

27

A HISTÓRIA DE QUEM FAZ

Editorial

A Adufrgs Sindical, os 28,86% e os demais ganhos judiciais

Nos dois últimos meses, os associados da Adufrgs Sindical estão empenhados em providenciar a documentação necessária para que, através de ação de execução, possam usufruir das vantagens financeiras advindas de vitória obtida em ação coletiva movida pela entidade, na qual reivindica a incorporação em folha de pagamento de um reajuste de 28,86 %, concedido em 1993 apenas aos militares, bem como o pagamento dos atrasados relativos a esse percentual.

Para nós, contudo, a vitória da ação dos 28,86%, que tramita na justiça federal desde 1997, não representa o fim da luta jurídica. Na etapa atual, em que se pede o cumprimento da condenação imposta, surgirá um novo embate por conta da argumentação da Ufrgs de que outros aumentos concedidos a partir de janeiro de 1993 devam ser compensados por conta dos 28,86% (GED, GID, Gemas, novos percentuais de titulação etc). Esta situação demandará, de imediato, uma atuação efetiva da assessoria jurídica da Adufrgs Sindical. E, no futuro, haverá muitas outras, frente às ameaças de retiradas deste ganho.

Vale lembrar o caso da URP 89, em que os 26,05%, ganhos judicialmente e pagos pela nossa universidade sobre o antigo vencimento básico, anuênios e gratificação de atividade executiva (GAE), hoje está resumido a cerca de 10% dos vencimentos atuais e está congelado desde 2006. Afora este atentado a um direito legal adquirido, já transitado e julgado, frequentes têm sido as ameaças de extinguí-lo, como ocorreu recentemente em fevereiro último, quando, informada por fontes não oficiais, a Adufrgs Sindical e sua assessoria jurídica, numa ação expedita e competente, mantiveram o pagamento do já resumido valor da vantagem no contracheque dos professores. Além desta, a Adufrgs Sindical tem muitas outras ações jurídicas em andamento, tais como a dos atrasados referentes aos 3,17% (a vantagem já está incorporada em folha), a manutenção do critério de cálculo da vantagem do artigo 192 da Lei 8112 (diferença de remuneração entre classes), manutenção das FC (Funções Comissionadas) incorporadas, entre outras. Estas ações requerem estudos aprofundados, pareceres, recursos, eventuais contratações de advogados de outros estados, custas e gastos na defesa dos direitos dos professores da Ufrgs e, desde dezembro de 2008, da UFCSPA e do IF-RS/Porto Alegre.

Se hoje a Adufrgs Sindical possui recursos para arcar com essas atividades, isso se deve ao patrimônio gerado pelo pequeno percentual repassado individualmente no recebimento de cada benefício alcançado pela via jurídica. Ou seja, são recursos provenientes do pequeno mas sólido patrimônio, construído pela soma das contribuições, correspondente a 1% do ganho por ação jurídica, de cada associado. Fortes atuações sindicais como as que foram referidas, permitem que a Adufrgs Sindical estabeleça convênios e contratos, como os de hoje, que têm como objetivo oferecer maior assistência à saúde de seus associados; além disso, também possibilitam vislumbrar a expansão do espaço físico da sede atual, com o propósito de promover atividades culturais, sociais e de lazer.

Diante de tudo que se expôs, torna-se necessário alertar nossos associados que, na etapa de execução de uma ação coletiva movida pela Adufrgs Sindical, quando da contratação de outro advogado, não integrante da assessoria jurídica do nosso Sindicato, há perda do repasse do percentual do ganho para a entidade, o que representa um prejuízo para a Adufrgs Sindical e, consequentemente, para todos os associados. Ademais, os associados que, partícipes de ação coletiva ganha por este Sindicato, recorrerem a outro defensor na etapa de execução, não ficam isentos da cobrança das custas e honorários devidos pelo trabalho já desenvolvido por nossos advogados, sem o qual, nada haveria para entrar em execução. Portanto, além desses associados se excluirem das futuras batalhas coletivas pela manutenção dos ganhos, poderão ter que arcar com mais gastos.

Diretoria da Adufrgs Sindical



Aposentados no resgate da cidadania

Mais de 80 docentes participaram do 1º Encontro de Professores Aposentados da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, com participação de professores de diversas universidades, inclusive da Ufrgs.

O primeiro tema "A concepção da nova Carreira do Magistério Superior e o enquadramento dos aposentados" foi apresentado pelo vice-presidente do Proifes Sindicato, Eduardo Rolim, e pela coordenadora do Movimento pelo Resgate da Cidadania dos Servidores Públicos da Paraíba, Virgínia Lúcia Siqueira de Melo.

Rolim fez uma exposição da proposta de reestruturação da Carreira que o Proifes levou para a negociação com o Governo Federal. Segundo ele, a intenção é que a nova Carreira considere o tempo que os professores aposentados passaram em sala de aula na progressão para níveis mais altos. Entretanto, ele reconheceu a dificuldade do trabalho, "uma vez que o governo não abre espaço para as propostas, além de exigir um curto período de tempo para a elaboração dos relatórios", declarou.

Eduardo Rolim disse ainda que o Proifes tem lutado para impedir que o governo envie o Projeto de Lei de reestruturação da carreira para o Congresso Nacional, sem que as propostas tenham sido discutidas com a categoria.

Virgínia Lúcia, por sua vez, defendeu que a melhor alternativa para os docentes e demais servidores públicos federais alcancem seus objetivos seria pela sua representação na Câmara e no Senado. "Vários segmentos da sociedade possuem suas bancadas no Congresso. Nós também precisamos da nossa", afirmou.

Inserção nas universidades

A situação atual dos professores aposentados e sua inserção nas universidades públicas foi o segundo tema abordado no Encontro. Francisco Jaime Mendonça, presidente da Adufpe, apontou as perdas que os professores aposentados tiveram nos últimos anos, ao mesmo tempo em que citou os benefícios conquistados com o acordo firmado pelo Proifes com o governo federal, em 2007. Entre eles, a paridade salarial com os docentes ativos, a extinção da GED e a incorporação da GAE e da VPI ao vencimento básico.

Segundo o presidente da Adurn, João Bosco Araújo, "o acordo corrigiu uma injustiça que perdurava há mais de dez anos". Ele atribuiu a vitória à postura negociadora mantida pelo Proifes, "deixando os confrontamentos apenas para os momentos que se fizerem necessários".

A diretora de aposentados da Adufc, Marília Lopes Brandão, mostrou-se preocupada com o reenquadramento dos aposentados na nova Carreira. Ela também falou sobre as singularidades e demandas dos

professores das Ifes em comparação com as universidades privadas e as estaduais. Por isso, considera necessário um sindicato que as represente exclusivamente.

Elizabeth Bittencourt, diretora do Proifes, demonstrou preocupação com a formação política dos professores que estão ingressando nas universidades. De acordo com ela, "a exigência de uma constante produção acadêmica acaba por afastá-los das lutas da categoria e isto pode enfraquecer as bases".

No encerramento do Encontro, o psicólogo João Carlos Tenório Argolo, pró-reitor de Recursos Humanos da UFRN, observou que um dos maiores problemas enfrentados pela PRH é a dificuldade de desligamento emocional do docente com a instituição. Para saná-lo, a Universidade vem desenvolvendo um conjunto de ações, como a criação de um grupo psicossocial, no qual o professor começa a desenvolver outras atividades, que irão complementar sua vida após a aposentadoria.



Galeria de diretores do CAP ganha mais um retrato

Professor Adalberto Breier, ex-diretor do Colégio de Aplicação da Ufrgs, ganha espaço na galeria de fotos de ex-diretores.

A cerimônia aconteceu no início de agosto, após um almoço festivo em que a comunidade do CAP comemorou também o aniversário do ex-diretor e professor de química, que por quase 30 anos circulou pelos corredores e salas de aula do Colégio.

Emocionado, Breier contou que durante todo o tempo em que esteve ativo no CAP nunca havia sonhado com o cotidiano da escola. Curiosamente, seis meses depois de ter deixado o cargo de diretor e se aposentado, ele sonha com alunos e ex-alunos, vê o rosto e lembra do nome e sobrenome.

O professor aproveitou a oportunidade para elogiar o trabalho do Colégio ao longo de seus 55 anos de fundação e disse que, quando a primeira diretora e idealizadora da escola saiu, ele achava que o CAP perderia sua função original de escola-laboratório-modelo. Com o passar do tempo, foi surpreendido ao ver que esse caráter cada vez mais se fortaleceu e o Colégio hoje pode ser considerado uma das melhores escolas públicas do Rio Grande do Sul e talvez até do Brasil.



Marcília Pinheiro

Apub filia-se ao Proifes

AD da Bahia seguiu trajetória já esperada. Depois de suspender o repasse de verbas à Andes, desligou-se da entidade e aprovou filiação ao Proifes.

Em Assembleia Geral, realizada no dia 18 de agosto, professores aprovaram a filiação da Associação dos Professores Universitários da Bahia (Apud) ao Proifes. Esta decisão faz parte da formalização da vontade manifestada pelos docentes em plebiscito realizado em 17 de julho de 2009, que contou com a participação de mais de um terço dos sócios. O plebiscito aprovou, com ampla maioria, a desfiliação da Apud da Andes e apoiou a transformação em Sindicato dos Professores das Instituições Federais de Ensino Superior da Bahia.

Este processo começou em novembro de 2007, quando os professores decidiram em assembleia suspender o repasse mensal à Andes e deflagrar discussões sobre os rumos do movimento docente baiano. Entre as muitas insatisfações estão a não-homologação das alterações do regimento da Apud pela Andes, não reconhecendo o direito da entidade de, entre outras coisas, representar os docentes da Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB); as divergências de concepções políticas, como a filiação à Conlutas; a opinião a respeito da importância das ações afirmativas nas universidades e o apoio financeiro que a Andes estaria dando ao Movimento Estudantil na ocupação de reitorias em todo o País.



Paulo Brack

"O Rio Grande do Sul está sofrendo uma pilhagem ambiental"

"O setor ambiental está sofrendo uma pilhagem no Rio Grande do Sul. O Estado, na área ambiental, deveria responder às demandas da sociedade e não apenas às de um grupo de empresas. Os técnicos da área ambiental não conseguem fazer nada e são pressionados a emitir licenças para obras sem estudo de impacto ambiental prévio. O cenário é bizarro e marcado pela truculência". A avaliação é de Paulo Brack, professor do Departamento de Botânica da Ufrgs. Em entrevista à revista Adverso, Brack denuncia o processo de desmonte ambiental no Estado e defende a construção urgente de alternativas. Para ele, a Universidade deve participar deste debate com responsabilidade social e ambiental.

por Marco Aurélio Weissheimer

Qual sua avaliação sobre a situação ambiental hoje no Rio Grande do Sul?

A saída da secretaria estadual do Meio Ambiente, Vera Callegaro, em abril de 2007, constituiu-se numa intervenção branca na área ambiental do Estado. Isso ocorreu para favorecer as grandes empresas de celulose, rompendo as barreiras do zoneamento que tinha sido elaborado pelos técnicos da Fepam (Fundação Estadual de Proteção Ambiental). Callegaro era uma pessoa de confiança da governadora Yeda, não se contrapondo aos interesses do governo, mas tinha um certo nível técnico e obedecia ao menos a alguns princípios ambientais. O governo decidiu, porém, simplesmente retirar qualquer técnico ou administrador que pudesse ser um obstáculo a essa tendência de liberação total de empreendimentos.

Essa tendência se aprofundou com a posse do secretário Carlos Otaviano Brenner de Moraes, em 2007. Ele levou junto para a secretaria a ex-secretária adjunta de Segurança Pública, Ana Pellini, que falou da existência de uma "ditadura ambiental" no Estado. Aí

começou a se agravar uma situação que já era grave no governo anterior. O governo Rigotto deixou a Secretaria do Meio Ambiente para o PSDB, numa espécie de prêmio de consolação para candidatos que não tinham sido eleitos. Passaram por lá o deputado estadual Adilson Troca, o atual chefe da Casa Civil, José Roberto Wenzel e o candidato a deputado, não eleito, Mauro Sparta. Cada um deles ficou cerca de um ano na Secretaria, sem nenhuma política consistente.

No governo atual, esse problema se agravou. A licença para a quadruplicação da empresa Aracruz, por exemplo, foi dada de maneira truculenta. Técnicos da área ambiental estavam pedindo novos dados sobre a poluição aérea e hídrica, que a empresa não tinha fornecido adequadamente. Eu conversei com alguns deles e eles me disseram que sofreram uma pressão muito grande. Ana Pellini baixou a ordem: chega de "nhem-nhem-nhem", agora queremos a licença. Em 2008, apenas 0,4% dos pedidos de licenciamento foram recusados. Isso vai contra toda necessidade de obedecer ao sistema nacional de meio

ambiente e suas leis.

Outro exemplo é o das barragens de Jaguari e Taquarembó. Neste caso, o governo federal tem sua parcela de culpa, pois está dando recursos para grandes obras, de grande impacto ambiental. Foi emitida uma licença prévia para essas barragens sem ter sido realizado um estudo de impacto ambiental. Isso vai contra toda a legislação. Emite-se uma licença prévia e fixa-se um prazo para a realização do estudo de impacto ambiental. Com isso, a obra vai sendo concretizada e a lógica do fato consumado atropela qualquer estudo de impacto posterior. Cerca de oito mil araucárias foram destruídas recentemente no Estado pela recusa em se discutir uma alternativa geográfica para barragens. Há alguns empreendimentos de energia eólica, que estão sendo construídos entre Cidreira e Tramandaí, que também atropelam o licenciamento ambiental. Da mesma forma, o governo do Estado concedeu licença para o herbicida Aura 200, da BASF, indo contra todos os pareceres técnicos contra esse herbicida que é altamente tóxico. Técnicos da área

"A saída da secretária estadual do Meio Ambiente, Vera Callegaro, em abril de 2007, constituiu-se numa intervenção branca na área ambiental do Estado.

O atual governo decidiu retirar qualquer técnico ou administrador que pudesse ser um obstáculo a essa tendência de liberação total de empreendimentos".

ambiental foram pressionados a aprovar essa licença. Isso tem nome: é assédio moral no serviço público.

É muito grave o que está acontecendo no Estado. Além do uso político da pasta do Meio Ambiente, dois ex-secretários receberam recursos das papeleiras (Adilson Troca e Mauro Sparta) em suas campanhas. Outro titular da pasta, Berfran Rosado, recebeu R\$ 39 mil e era o coordenador da Frente Parlamentar "Pró-Florestamento". Como é que alguém que recebe dinheiro de empresas de celulose na sua campanha eleitoral vai atuar na área do Meio Ambiente e tomar decisões envolvendo interesses dessas empresas?

Em que pé está o processo de zoneamento da silvicultura no Rio Grande do Sul?

Do projeto original da Fepam, foram retirados os percentuais de plantio por propriedade. O zoneamento definia áreas com alta restrição, média restrição e baixa restrição. A alta restrição estava relacionada a áreas localizadas principalmente no litoral que servem de abrigos para espécies migratórias de aves e apresentam outras restrições ambientais. Além dos percentuais, também foram retirados os índices que definiam o tamanho máximo dos plantios e o espaçamento entre eles. Há áreas imensas com esses plantios hoje no Estado. Quem vai para Pinhal ou Cidreira, por exemplo, atravessa trechos onde, por cerca de dez

minutos, só vê esses plantios homogêneos. Não enxerga mais nenhuma paisagem, nem campo, nem lagoas. É um corredor de pinus. Isso também está acontecendo na Região Metropolitana, em torno das BRs 386 e 287. É alarmante.

Os técnicos da Fundação Zoobotânica encaminharam uma contraproposta mantendo os percentuais. Esse documento deveria ter sido repassado para o Conselho Estadual do Meio Ambiente, o que não ocorreu. O ex-secretário Carlos Otaviano engavetou a proposta. Só que ela foi parar nas mãos do Ministério Pùblico Estadual que abriu um processo para que esse documento fosse levado em consideração. A Justiça também considerou o documento relevante obrigando a Fepam a rediscutir o assunto a partir de agosto de 2008. A última versão do zoneamento, apresentada por Ana Pellini, tornava o documento quase sem efeito. O professor Flávio Lewgoy, da Agapan, pediu vistas para essa nova proposta. O regimento do Consemra previa 15 dias de prazo para debater o tema, mas o então secretário Otaviano deu apenas três dias. Entramos com uma liminar para impedir a votação no dia nove (de agosto) que acabou sendo cassada pela Justiça a



“No que diz respeito ao plantio de eucaliptos, há áreas no Pampa em que dá vontade de chorar. As barragens de Jaguari e Taquarembó significam a destruição de 1,6 milhão de árvores. É como se toda a arborização de Porto Alegre fosse derrubada em apenas dois empreendimentos.”



pedido do governo. E o juiz que derrubou a liminar usou o argumento econômico: eram R\$ 6 bilhões, e esse valor era tão grande que o Estado não podia se arriscar, que as empresas podiam ir embora etc. Foi um processo totalmente irregular e absurdo. Essa discussão continua até agora.

Há algum estudo ou informações sobre danos ambientais concretos no Estado, resultantes deste processo de atropelo da legislação ambiental?

Seria importante ter esse estudo, mas faltam recursos. No que diz respeito ao plantio de eucaliptos, há áreas no Pampa em que dá vontade de chorar; foram altamente descaracterizadas. As barragens de Jaguari e Taquarembó (que juntas somam cerca de 3.500 hectares) significam a destruição de 1.100 hectares de floresta, com quase 1,6 milhão de árvores. É como se toda a arborização de Porto Alegre fosse derrubada em apenas dois empreendimentos. E é mata ciliar, onde animais como o veado e o gato do mato buscam abrigo. Sem ela, vão desaparecer.

Outro dano está relacionado aos empreendimentos no litoral. A quantidade de loteamentos e grandes empreendimentos imobiliários é algo absurdo. Uma das causas disso é a descentralização feita pela Fepam. Com o balcão ambiental que foi criado, um técnico lá em Tramandaí, por exemplo, está emitindo licenças para grandes empreendimentos sem qualquer estudo de impacto ambiental, inclusive em Áreas de Preservação Permanente. Vários empreendimentos negados no governo

Rigotto, agora estão sendo liberados de uma maneira absurda. Com 30 loteamentos, Xangri-lá praticamente não tem mais área natural. O Bioma Pampa não tem praticamente nenhuma unidade de conservação, está totalmente desprotegido.

Não há monitoramento eficiente. As equipes técnicas da Fepam, que trabalhavam com licenciamento e monitoramento, foram excluídas desse processo. O Estado passou a contratar técnicos, de forma terceirizada, o que favorece mais ainda o atropelo da legislação. A autorização para os municípios realizarem licenciamento também está sendo utilizada como uma moeda de troca.

E ainda há a proposta de mudança do Código Florestal...

Exatamente. O modelo de Santa Catarina, que flexibilizou o Código Florestal, é ilegal e inconstitucional, pois nenhum Estado pode ter uma restrição menor do que a estabelecida pela lei federal. Mas a governadora Yeda foi lá em Santa Catarina e se pronunciou, ao lado do governador Luis Henrique, em defesa desse modelo. E o lobby aí não é apenas governamental. O Rio Grande do Sul ainda responde aos interesses do setor ruralista liderado pela Farsul, que é o setor mais atrasado do Estado. Carlos Sperotto (dirigente da Farsul) ainda tem muito poder no Estado. No primeiro ano do governo Rigotto, a Farsul pediu para derrubar a lista da flora ameaçada no Rio Grande do Sul, uma lista que a própria Farsul tinha aprovado no Consem e depois quis derrubar. Pois essa entidade

conseguiu fazer com que o próprio Estado não defendesse a lista da flora ameaçada. Inclusive, as duas listas, da flora e da fauna ameaçadas, estão congeladas.

Em resumo, o setor ambiental está sofrendo uma pilhagem no Rio Grande do Sul. O Estado, na área ambiental, deveria responder às demandas da sociedade e não apenas as de um grupo de empresas. Os técnicos da área ambiental não conseguem fazer nada, estão amarrados, não conseguem trabalhar e nem propor nada. O cenário é bizarro, absurdo e marcado pela truculência. Muitos técnicos, tanto da Fepam quanto da Fundação Zoobotânica, estão na geladeira. Há pessoas que trabalham lá, algumas há 25 anos, que vem sofrendo um processo de assédio moral permanente.

Diante desse cenário desolador, parece que está havendo um renascimento do movimento ambientalista no Estado...

Sim. Esse é um fato positivo. Está havendo um maior estreitamento entre técnicos da área acadêmica, do Estado, ONGs e sindicalistas. O problema é que estamos um pouco saturados de coisas ruins. O fato é que precisamos avançar em algumas coisas. Precisamos apresentar alternativas. As papeleiras acabaram ocupando um espaço que a própria sociedade deixou. Acho que precisamos fazer uma autocritica. Não avançamos muito no sentido de achar alternativas a esse modelo de mercado, de megaempreendimentos, que chega em qualquer região e descarrega seus



“Há setores da Universidade que estão reféns do mercado, trabalhando direto com pesquisas insustentáveis que reproduzem um modelo de monocultura, inclusive de eucalipto. Essa discussão precisa ser feita. A Universidade tem que ter responsabilidade social e ambiental.”

recursos.

Em que direção deveriam caminhar essas alternativas?

Tomemos o caso da agroecologia. Aqui na universidade, discuto muito isso com meus alunos. Temos um projeto de extensão em assentamentos e em centros de formação de agricultores. Estamos tentando encontrar formas de incorporar a biodiversidade no sistema produtivo. Temos professores aqui na Ufrgs como Carlos Nabinger, Aino Jacques e Ilsi Boldrini que têm dados que comprovam que hoje poderíamos aumentar em quatro vezes a produção de carne por hectare na região do Pampa (passando de 70-80 quilos/hectare para 300 quilos/hectare) mantendo o campo nativo com um manejo razoavelmente barato. O governo deveria trabalhar para manter o bioma Pampa fundamentalmente como pastagem.

Outro exemplo é o caso das frutas nativas. Temos dados que comprovam que há mais de 100 espécies de frutas nativas que poderíamos aproveitar. Quase uma dezena destas espécies está sendo usada em outros países como Nova Zelândia, Austrália e Estados Unidos. O araçá, por exemplo, há mais de cem anos foi levado para Austrália, EUA e outros países. Ele tem cinco vezes mais vitamina C do que a laranja. É um fruto que dá para fazer sorvete, geléia, licor. A goiaba serrana, que ocorre na mata de araucária e na Metade Sul, é outro exemplo. Hoje, a Nova Zelândia é a maior produtora desta fruta que

estava sendo vendida em um supermercado de Porto Alegre, há dois meses, a R\$ 42 o quilo. Essas frutas nativas têm antioxidantes, flavonóides e um importante conjunto de vitaminas, sendo consideradas um alimento funcional. Elas poderiam estar sendo cultivadas junto com plantios de milho, de soja orgânica (sem agrotóxicos) e de arroz, possibilitando a transição para uma agricultura com policultura.

Temos dados que mostram que pelo menos 10% da nossa flora é alimentícia, o que, num Estado como o Rio Grande do Sul, representa mais de 500 espécies de plantas. Ou seja, mais de 500 espécies de plantas poderiam estar no nosso prato. Isso exige pesquisa e desenvolvimento. Quantas destas espécies estão sendo desenvolvidas? Praticamente nenhuma. A própria Universidade continua investindo em pesquisas convencionais com plantas exóticas em termos de monocultura, o que é insustentável.

Existem algumas boas iniciativas em curso. Há um centro de formação camponesa em Santa Cruz do Sul, por exemplo, mantido pelo Movimento de Pequenos Agricultores e que está buscando desenvolver alternativas à cultura fumageira. Eles estão recebendo recursos da Petrobras para investir em biocombustíveis dentro de um padrão de permacultura. Não se trata de soja, mas sim de culturas de pinhão manso, tungue, algumas palmeiras, num modelo de agroflorestas.

Queria citar também uma coisa que aconteceu na Ufrgs, que é importante. Havia um convênio com a Aracruz para desenvolver pesquisas com eucalipto transgênico. O DCE, junto com a Via Campesina e o MST, mobilizou os estudantes que foram falar com o reitor para que esse projeto não fosse aprovado. E o reitor, que tinha uma tendência pela aprovação do convênio, decidiu aprofundar o debate sobre o mesmo antes de aprová-lo. Infelizmente, há setores da Universidade que estão reféns do mercado, trabalhando diretamente com pesquisas insustentáveis que reproduzem um modelo de monocultura, inclusive de eucalipto. Essa discussão precisa ser feita. A Universidade tem que ter responsabilidade social e ambiental. Nós somos funcionários públicos, recebemos dinheiro da sociedade, não temos que trabalhar para a empresa A, B ou C. Empresas que usam sua força bruta para garantir seus empreendimentos, que compram setores da imprensa, que estão criando desertos verdes imensos no Espírito Santo e na Bahia, que desalojam povos indígenas. Creio que é um desrespeito uma universidade pública realizar pesquisas para essas empresas. Precisa haver um questionamento profundo em relação a isso, o que não está acontecendo. Ou encaramos essa problemática ambiental com seriedade e urgência, ou o quadro de tragédias sociais e ambientais só vai se agravar. **A**

PEC 12

Calote

Institucional?

Quando W. (ele pede para não ser identificado) recebeu a carta de um escritório de advocacia especializado na compra de precatórios judiciais, o professor universitário desconfiou da oferta milagrosa. O texto dizia que ele “receberia o dinheiro na hora em que assinasse o documento”. Mas o negócio não era lá tão lucrativo: W. receberia apenas 25% do valor do precatório, ou “correria o risco de morrer sem ver a cor do dinheiro”. Desconfiado, o professor universitário descobriu que se tratava de um golpe.

por Maurício Boff

A história de W. é corriqueira. O mercado de compra e venda de precatórios judiciais cresce mesmo sob protesto da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que denuncia a ilegalidade da prática. São escritórios que faturam sobre o medo do cidadão chegar ao fim da vida sem receber o pagamento que lhe é devido. O especialista em Direito Financeiro e Tributário e professor da Universidade de São Paulo (USP), Kiyoshi Harada, escreveu recentemente um artigo em que define a causa dos precatórios impagáveis não como um problema financeiro, mas político. “O Brasil arrecada 37% do PIB, mas o problema é que os governantes não cumprem com as sentenças judiciais condenatórias, sempre à espera de providências legislativas da espécie, para aliviar ou fazer desaparecer suas responsabilidades”, disse.

Anos sem honrar com o que determina o Judiciário levaram Estados brasileiros a saldos bilionários em dívidas com precatórios. O Rio Grande do Sul é o quarto Estado nesse ranking. Em 2007, o saldo era de R\$ 3,9 bilhões. Hoje, chega próximo a R\$ 4,5 bilhões. Nesse cenário de instabilidade, está em debate na Câmara dos

Deputados, em Brasília, a Proposta de Emenda à Constituição 12/2006. O texto já foi aprovado pelo Senado. A matéria é de autoria do ex-presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro da Defesa Nelson Jobim, mas que acabou apadrinhada pelo senador Renan Calheiros, ambos do PMDB.

O argumento de defesa para a PEC 12 é de que ela criaria um regime especial para o pagamento dos precatórios. Se aprovada pelos deputados, a regra limitará a receita dos estados, do Distrito Federal e dos municípios para honrar com o que determina a Justiça, assim como aumentará o prazo para o pagamento dos precatórios judiciais de 12 para 15 anos. A proposta criará um sistema escalonado de pagamento que obrigaría ao governante a criação de uma espécie de conta a qual seria repassada mensalmente um valor destinado ao pagamento dos precatórios.

A OAB defende que a PEC é inconstitucional e institucionaliza um calote público contra às decisões judiciais. Em maio, o presidente da Ordem, Cezar Britto, afirmou durante a Marcha em Defesa da Cidadania e do



Poder Judiciário, em Brasília, que o problema está na incerteza quanto ao recebimento dos créditos. "Se a PEC for aprovada, quem vai investir em um país em que o Estado, desrespeitando direitos já garantidos na Justiça, levará de 70 a 100 anos para pagar o credor?", disse. O advogado gaúcho Francis Bordas ressalta que o entendimento pode ser outro, o de que a PEC 12 é uma tentativa de achar uma solução para um problema histórico, principalmente quanto aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, os maiores devedores.

Mas qual o impacto da PEC 12 ao servidor federal, que é o caso dos professores da Ufrgs e da UFCSPA? "A União está pagando em dia e com correção monetária, independente do que se está em discussão. Não me parece que (a PEC) irá causar reflexos e atrasos aos pagamentos dos precatórios aos servidores federais", sentencia Bordas. Isso porque a grande maioria das revisões judiciais exigidas pelos professores é quanto à diferença salarial, enquadrada como pensão alimentícia. O pagamento, nesses casos, é ágil e feito ou por precatórios, ou por Requisição de

Pequeno Valor (RPV). O advogado explica que a demora para o recebimento do precatório está no tempo do processo. "É difícil precisar uma média, mas pode girar em torno de três anos", afirma. A discussão travada hoje é quanto a incidência de juros no período em que o professor fica aguardando o início do processo. O debate jurídico está em análise no Supremo Tribunal Federal.

O vice-presidente do Conselho Deliberativo da Adufrgs-Sindical, professor Lúcio Hagemann, diz que existe muita desinformação e que isso é um perigo para se cair no conto das ofertas milagrosas da compra de precatórios. Hagemann lembra que muitos professores temem nunca receber o crédito devido pelo governo. O receio cresce quanto mais avançada a idade do servidor federal. "O impasse está aí, mas o crédito instituído pelo precatório é transferível", afirma. O professor salienta que uma boa dica é sempre buscar a orientação jurídica quando estiver em dúvida sobre a revisão salarial ou receber a oferta de compra de precatório. "O que as pessoas não podem é ficar eternamente sem receber a dívida", diz. ☐

Simpósio celebra e debate 200 anos de Darwin

O ano de 2009 marca os 200 anos do nascimento de Charles Darwin e os 150 anos de publicação da obra "A Origem das Espécies". Para comemorar essa data, o Instituto de Biociências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul decidiu organizar o Simpósio Darwin 200 Anos, sob a curadoria de Jorge Mariath, professor titular do Departamento de Botânica. Mais do que uma simples comemoração, o simpósio, que se estende até novembro deste ano, procura difundir e popularizar o pensamento de Darwin, principalmente junto a professores e estudantes de escolas de ensino médio. As celebrações tiveram início no dia da celebração dos 200 anos do nascimento de Darwin e se estenderão até a comemoração dos 150 anos da primeira publicação de "A Origem das Espécies", em 24 de novembro de 2009.

As ideias de Darwin revolucionaram o pensamento humano sobre a natureza e os seres vivos. Ao desenvolver o conceito de evolução relacionado a um processo de seleção natural, Darwin desafiou o pensamento de sua época e segue desafiando. Por incrível que pareça, no início do século 21, ainda há setores da sociedade que rejeitam e combatem suas ideias. Agora mesmo, no dia 10 de setembro deste ano, grupos religiosos e criacionistas protestaram, durante o Festival Internacional de Cinema de Toronto, no Canadá, contra o lançamento do filme britânico "Creation", dirigido por Jon Amiel, que mostra a luta de Darwin para escrever "A Origem das Espécies". Uma

luta que começava em casa, pois Emma Darwin, uma cristã fervorosa, discordava dos pensamentos do marido.

Honrando e difundindo o legado de Darwin

Essa resistência e oposição mostram, por outro lado, a força e a riqueza das teorias de Darwin. Os objetivos do simpósio, organizado pelo Instituto de Biociências da Ufrgs, procuram honrar o compromisso do naturalista inglês com o valor do pensamento científico, da experiência e do estudo da natureza. São eles: divulgar e popularizar a ciência; manter e preservar o patrimônio natural e cultural; contribuir para a descoberta de vocações para a investigação científica; incentivar a promoção do desenvolvimento sustentável; realizar atividades técnicas de preservação; utilizar e difundir o acervo natural, científico e cultural do Instituto e de parceiros; contribuir para a promoção do ensino de ciências junto a escolas de ensino médio e fundamental e a divulgação científica para formação de profissionais de ensino superior; e contribuir para o conhecimento dos biomas brasileiros e sua biodiversidade.

Para cumprir esses objetivos foi organizada uma ampla e diversificada programação com as seguintes





atividades:

Museus itinerantes – roteiro que inclui o Museu da Ufrgs e escolas públicas. A primeira exposição foi realizada no dia 12 de fevereiro deste ano, no Ceclimar, Instituto de Biociências, em Imbé.

Conferências, palestras e seminários, de março a novembro, nos auditórios dos departamentos de Botânica, Zoologia, Ecologia, Genética, Biofísica e Biotecnologia.

Aula Magna "Darwin: O Postilhão dos Andes", realizada no dia 16 de setembro, no Salão de Atos da Ufrgs, com o professor Nélio Marco Vincenzo Bizzo, da Universidade de São Paulo (USP). Na ocasião também foi lançado o livro de Bizzo, "Darwin - do telhado das Américas à Teoria da Evolução". A obra, pertencente à coleção 'Imortais da Ciência', da editora Odysseus, apresenta o contexto em que o cientista inglês vivia e como esse influenciou o seu pensamento.

Disciplinas de Tópicos Especiais sobre o tema nos programas de Pós-Graduação do Instituto de Biociências, de março a novembro.

Lançamento de um Museu Virtual, em março deste ano.

Gripe A atrapalhou programação

Por uma ironia histórica, um fenômeno biológico acabou prejudicando a programação do simpósio nesta metade de ano. "A gripe A foi um caos para nosso calendário e acabou alterando a data de muitos eventos que estão sendo reprogramados", relata o professor Jorge Mariath. As alterações deveram-se principalmente à mudança no calendário das escolas públi-

cas e privadas que adiaram o reinício do segundo semestre de aulas. A mostra de cinema que estava programada para agosto ainda não saiu pelo mesmo motivo.

Por outras razões, o encontro "Viagem às Ilhas Galápagos", com a professora Helga Winge, do Instituto de Biociências, que estava marcado para o dia 8 de setembro, no Salão de Atos II da Ufrgs, também foi adiado, mas deverá ser realizado neste mesmo mês. Doutora em Ciências pela Ufrgs, a professora Helga falará sobre como os estudos de Darwin nas Galápagos o levaram a questionar por que, apesar de possuírem diversas semelhanças nas características básicas do corpo, os animais de cada localidade eram diferentes uns dos outros.

Participação de escolas é destaque

Jorge Mariath destaca a participação de estudantes, especialmente do ensino médio, nas atividades do simpósio. Cerca de 400 alunos da rede municipal e mais de 100 professores, exemplifica, estão confirmados para participar do encontro "Darwin e o século 21", marcado para o dia 18 de setembro, em Gramado.

No dia 30 de setembro, às 19h30min, no Salão de Atos II da Ufrgs, ocorrerá o espetáculo cênico-musical "Cartas de Darwin: Textos do naturalista e músicas das regiões onde passou", com leitura dramática de João Pedro Gil e Xico de Assis, e coordenação do professor Alfredo Nicolaiewski. E no dia 16 de outubro, em Tramandaí, será a vez do encontro "Desafio Darwin 200 Anos", com a participação de estudantes de escolas municipais que apresentarão posters sobre a obra de Darwin. □

Acompanhe a programação completa através do site www.ufrgs.br/comunicacaosocial ou pelo telefone (51) 3308.6721

O ponto de partida da teoria da evolução

"Será muito interessante descobrir, a partir de futuras comparações, a que distrito ou 'Centro de criação' devem ser ligados os seres organizados deste arquipélago [...] Quando me recordo do fato de que, pela forma do corpo, o formato das placas do casco, o tamanho geral os espanhóis conseguem imediatamente declarar de que ilha pode ter sido trazida qualquer tartaruga; quando vejo essas ilhas tão próximas umas das outras e dotadas de um número tão escasso de animais, habitadas por esses pássaros tão pouco diferentes estruturalmente, que preenchem o mesmo espaço na natureza, devo, por necessidade, suspeitar que sejam variedades. O único fato de natureza similar de que tenho notícia é a diferença, muitas vezes estabelecida, entre a raposa lupina das ilhas Falklands do Leste e do Oeste. Caso exista a mais tênue base para estes comentários, a zoologia dos arquipélagos valerá muito a pena de ser examinada, pois tais fatos minariam a estabilidade das espécies".

(Charles Darwin, *Diário do Beagle*; página 400, Editora UFPR, 2006; tradução de Caetano Waldrigues Galindo)

Encontro Proifes

Professores aprovam transformação da entidade em federação

Evento realizado entre 19 e 22 de agosto, em São Paulo, reuniu docentes de Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) de todo o País. A afirmação do caráter sindical do Proifes Fórum e sua futura transformação em federação foi, sem dúvida, a principal decisão do encontro, que debateu ainda Plano de Carreira e várias outras questões pertinentes na vida laboral dos professores.

por Maricélia Pinheiro
enviada especial pela Adufrgs



A cerimônia de abertura do 5º Encontro do Proifes Fórum e 1º Encontro do Proifes Sindicato contou com as participações de Quintino Severo, representante da CUT, Celina Areias, da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Juçara Dutra Vieira, da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e José Carlos Arêas, da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (Contee). Compuseram a mesa também o presidente do Proifes, Gil Vicente Reis de Figueiredo, o vice-presidente, Eduardo Rolim de Oliveira e a diretora-administrativa, Eliane Leão.

Em sua fala, Quintino Severo, da CUT, abordou em particular as lutas trabalhistas, a precariedade do serviço público, a crise mundial e o emprego no Brasil, que, segundo ele, retorna com 25% de déficit para os trabalhadores. O sindicalista manifestou total apoio ao fortalecimento das Ifes "em prol de uma verdadeira política de Estado e não de uma política de governo". Celina Areias, da CTB, que acompanhou de perto toda a trajetória do Proifes, afirmou que a entidade está no caminho certo para resolver algumas dificuldades nacionais e classificou o encontro como um espaço importante para discutir a Educação, a valorização do serviço público de qualidade e dos professores.

Juçara Dutra Vieira, da CNTE, ressaltou que os fundadores do Proifes tiveram a coragem de enxergar outro rumo e outra postura sindical, principalmente em época de crise mundial, não só em termos econômicos, como, também, em termos sociais e culturais. A sindicalista chamou a atenção para o cuidado que se deve ter de não repetir os mesmos erros, em uma referência implícita ao antigo modelo de política sindical, ainda adotado por algumas entidades. A educação como mercadoria, principalmente no que diz respeito ao ensino superior, deu tom ao discurso de José Carlos Áreas, que defendeu a valorização da universidade, tema em destaque no próximo congresso da Contee.

Presidente da Associação dos Professores Universitários da Bahia (Apub), o professor Israel Pinheiro deu seu depoimento sobre a recente decisão dos docentes da Apub de se desligar da Andes e fundar um sindicato local. "Os professores não esquecem o que veem, o que sentem, o que ouvem: houve muitas ações perpetradas pela Andes que não acolheram o apoio dos professores da Apub e aí surgiu a necessidade de mudança. Temos um novo rumo, um rumo que coincide com o do Proifes", disse.

O vice-presidente do Proifes, Eduardo Rolim de Oliveira, lembrou aos presentes que, em setembro de 2008, um grupo de professores de Ifes de todo o País saiu do mesmo hotel onde estava sendo realizado o Encontro, para fundar o Sindicato Nacional, em histórica assembleia na sede da CUT. "Se o Proifes Sindicato é tido como uma nova luz no Movimento Docente e Sindical Nacional, isso não se deve ao Eduardo ou ao Gil, ou mesmo à Diretoria: isso se deve aos professores universitários federais que acreditaram na instituição", ressaltou.

Depois de traçar um breve histórico do Proifes, Gil Vicente Reis de Figueiredo enfatizou o trabalho que vem sendo feito pela entidade junto ao governo federal no que diz respeito às conquistas salariais. "Em 20 anos esse foi o melhor acordo feito em prol dos professores, em termos de carreira e de reposição salarial, elevando o teto: e isso é para ser comemorado". Para o presidente do Proifes, a luta agora é pela implementação de uma Política de Estado para o Ensino Superior, tendo como desafios a discussão da Carreira e a constituição de uma federação nacional da classe.

Outra decisão importante do evento foi a filiação do Proifes-Sindicato ao Proifes-Fórum. As muitas colocações deixaram claro que o desejo da maioria é de que cada AD se transforme em um sindicato próprio, independente, autônomo e soberano, que tenha um forte peso político nas relações e negociações com o governo. Depois, cada AD poderá ingressar no Proifes-Fórum e este se transformar em uma federação. Para a diretoria do Proifes-Fórum este resultado abre as portas para que os sindicatos locais e o Proifes-Sindicato reforcem uma maior defesa da classe dos Professores Universitários Federais. O encontro aprovou também a constituição de uma comissão para analisar a proposta de Previdência Complementar.

O pontapé inicial no debate sobre a filiação do Proifes-Sindicato a uma central sindical foi dado durante o evento. O tema gerou uma certa inquietação, pois uma parte dos professores defendia não apenas a filiação, mas já apontava nomes, enquanto outro grupo pedia que o assunto fosse mais amplamente debatido. Na verdade, apesar da consolidação nacional do chamado Novo Movimento Docente, a ruptura com o antigo modelo ainda sofre algumas resistências em ADs que tem papel fundamental na evolução desse processo.

Cursos pagos geram polêmica

O último dia do Encontro, 22 de agosto, foi tumultuado por uma proposta um tanto quanto inusitada. Pedia-se a interferência do Proifes no sentido de garantir que os cursos *lato sensu* pagos continuem funcionando. Isso porque uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), em 2008, aponta a cobrança como ilegal, o que tem inviabilizado, segundo relatos de professores presentes no evento, a continuidade de algumas atividades na Universidade.

Enquanto um grupo defendia que a realidade atual de financiamento público da universidade não permite que determinados cursos funcionem sem cobrança de mensalidades, embora deva se lutar para que o poder público assuma esse papel, outro se colocou terminantemente contra o Proifes defender a prática da cobrança, ainda que temporária.

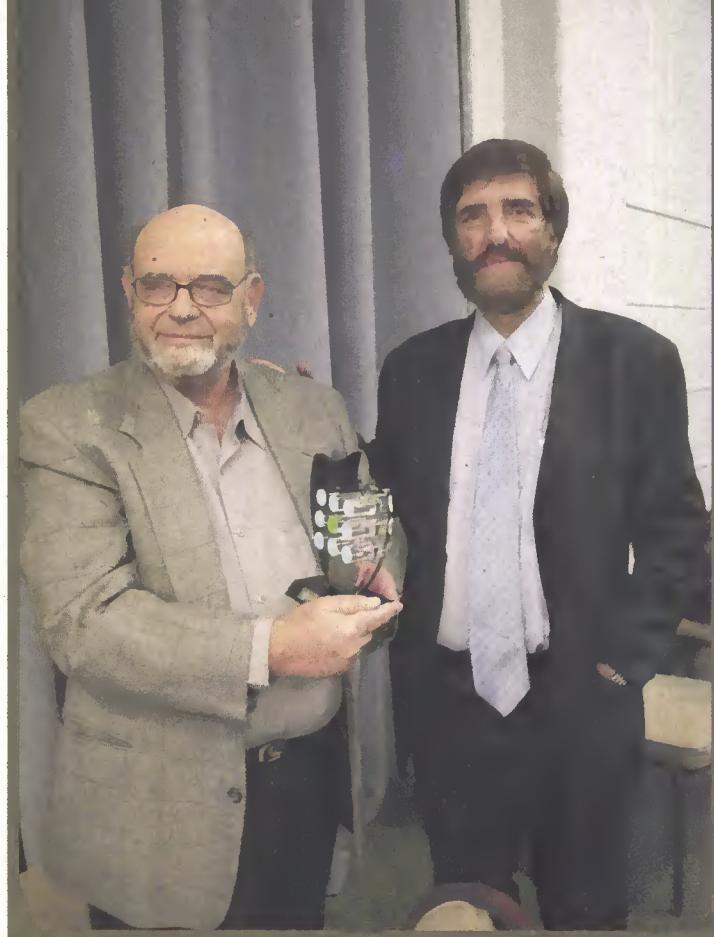
Para Flávio Lúcio Rodrigues Vieira, professor da UFPB e diretor de Imprensa e Comunicação do Proifes, os cursos de *lato sensu* devem ser totalmente gratuitos, inclusive como forma de evitar que alguns docentes tenham nesses cursos uma forma de complementação de renda. Ele defendeu que o Proifes não deve se desgastar politicamente com esse tema e sim passe a lutar por mais verbas e mais professores para viabilizar a oferta gratuita desses cursos.

Hélder Machado Passos, conselheiro Fiscal do Proifes e professor da UFMA, acha "difícil e complicado o Proifes abraçar essa causa", uma vez que há nela uma certa incoerência com as demais bandeiras de luta. Já o diretor de Relações Sindicais do Proifes e professor da UFMG, José Lopes de Siqueira Neto, acha que não se deve criar normas únicas para todas as Ifes porque cada uma tem sua realidade e deve decidir de acordo com o princípio da autonomia.

Diante da polêmica, o proponente do tema, professor Félix González, da Ufrgs, colocou como contraproposta que se ofereça gratuitamente um percentual de 20% das vagas nesses cursos. Não houve acordo. Com alguns ânimos acirrados e o plenário esvaziado, a mesa decidiu encerrar o tema sem chegar a um consenso.

Neste mesmo Encontro, em que se discutiu a expansão do ensino superior público federal, os professores deliberaram pelo acompanhamento de perto da implantação do Reuni e da aprovação da Lei Orgânica para as universidades federais. Dentro desse tema, Ricardo Pinheiro, diretor de Assuntos Jurídicos do Proifes e professor da UFRN levou à público sua preocupação com o fato das procuradorias das universidades serem geridas pela Advocacia Geral da União (AGU), o que para ele fere o princípio da autonomia.

Com relação ao financiamento, Fernando Amorim, diretor de Políticas Públicas do Proifes, sugeriu a criação de um fundo que garanta recursos fixos para a Universidade quando cair a arrecadação de impostos e propôs que a entidade trabalhe para que a Lei Orgânica seja votada ainda em 2009. O texto final de Proposta de Lei Orgânica para as Ifes será colocado para debate online e, até o final do ano, o Proifes fará um encontro para debater mais amplamente o tema.



Professor da UFG é homenageado

Peter Fischer, professor da Universidade Federal de Goiás (UFG), foi homenageado através de um pequeno filme retrospectivo de sua vida e obra. Considerado um exemplo na defesa dos direitos dos professores universitários, Fischer recebeu o Troféu Proifes, como reconhecimento por seu trabalho, perseverança e luta.

Judeu, nascido na Hungria em plena perseguição nazista, o professor Peter Fischer traz, desde a infância, um histórico de luta. Dotado de um humor refinado, após a apresentação do vídeo sobre sua vida ele disse: "depois do que vi e do que ouvi neste filme, só me resta morrer". Ele recordou a época em que conheceu o embrião do Movimento Docente, na cidade de Rio Grande/RS, onde participou pela primeira vez de um Congresso da Andes. "Sinceramente, gostei. De lá para cá tentei trabalhar e ajudar em tudo o que podia. Num grupo existem líderes e liderados e eu pertenci sempre ao segundo grupo, acreditando continuamente nas lideranças. Agradeço a oportunidade que me deram em contribuir para a fundação de um verdadeiro sindicato de docentes, sabendo que pode haver uma opinião divergente", disse em relação ao Proifes, que ajudou a fundar.

Proposta de Carreira em debate

A proposta de Carreira aprovada no 5º Encontro do Proifes-Fórum e 1º Encontro do Proifes-Sindicato e que está disponível no Fórum de Debates do Proifes tem como princípios adequar as Carreiras do Magistério ES e EBTT aos tempos atuais, em que uma quantidade significativa e crescente dos docentes ingressantes já possui o título de doutor; reconhecer as contribuições dos professores mais antigos, inclusive e especialmente os aposentados; respeitar a diversidade das Ifes, inclusive regionalmente, bem como as diferenças entre áreas de conhecimento; buscar a convergência entre a Carreira do ES e a do EBTT, visando isonomia remuneratória e estrutural entre ambas; eliminar a Gemas, levando-se em conta que, no trabalho acadêmico, a avaliação de desempenho deve ser considerada como parâmetro para a progressão na Carreira; manter o Regime de Dedicação Exclusiva, valorizando a qualificação acadêmica, essencial à produção de conhecimento e ao ensino de qualidade; permitir que docentes que venham a se destacar pela excelência de sua atuação possam progredir de forma mais rápida na Carreira; estimular o docente à progressão na Carreira, razão pela qual deve haver um diferencial importante, inclusive do ponto de vista salarial, entre as classes e níveis mais altos e as iniciais; valorizar a Carreira do ES e do EBTT, com elevação do teto remuneratório; reduzir o tempo de progressão entre os degraus da Carreira para os docentes do ES, igualando esse interstício aos dos professores do EBTT, que passou a ser de 18 meses desde março de 2008 e valorizar o mérito acadêmico, mantendo os cargos isolados de Professor Titular em ambas as Carreiras.

<http://www.proifes.org.br/forum/arquivos/77.pdf> □



Análise da proposta do governo para o Pré-sal

Prós e contras das medidas anunciadas

Por **Fernando Siqueira**
Presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobras.

Pontos positivos

1. Mudança do contrato de concessão para o contrato de partilha

O atual contrato de concessão prevê a propriedade do petróleo para quem o produzir. Além de contrariar a Constituição que, no seu artigo 173 mantém o monopólio da União, ele retira dela uma enorme vantagem: quem tem a propriedade do petróleo tem um extraordinário poder de barganha, podendo obter grandes vantagens geopolíticas e contrapartidas. Considerando que estamos entrando no terceiro e definitivo choque do petróleo, fruto da chegada do pico de produção mundial, este poder se torna cada vez maior.

O contrato de partilha, usado nos países grandes produtores, restaura a propriedade do petróleo para a União que pode pagar a parte do operador em petróleo ou em dinheiro. Nos países exportadores essa parcela é, em média, 16% do óleo lucro (óleo bruto menos despesas de produção).

A legislação em vigor, gerada sob o argumento de que era necessário incentivar a vinda de empresas estrangeiras para investir correndo altos riscos e possibilidade de baixo retorno, ofereceu vantagens como a propriedade do petróleo e um baixo percentual a ser pago à União. Logo, não se aplica ao Pré-sal. A Petrobras, depois de 30 anos de pesquisa, descobriu uma província petrolífera enorme, tendo furado 13 poços e achado petróleo nos treze. Logo, o Pré-sal não tem mais risco e a possibilidade de retorno dos investimentos é muito alta. Portanto, a legislação atual tem que ser mudada e o contrato de concessão também. Defendemos a volta da Lei 2004 que deu ao país a autossuficiência e permitiu que a Petrobras desenvolvesse as pesquisas para a descoberta do Pré-sal.

Além de ser a tendência moderna, pois 80% das reservas mundiais pertencem a empresas estatais, contra apenas 3% pertencentes ao cartel internacional, o petróleo é um bem absolutamente estratégico e tem que ser controlado pelo país proprietário dele.

2. A Petrobras será a operadora de todos os blocos

Em alguns casos, dos campos considerados estratégicos - alta produtividade e baixo risco, ela terá toda a operação para si, pagando à União um percentual do óleo lucro na faixa de 70 a 80%. Nos demais haverá leilão e o consórcio vencedor será aquele que oferecer um maior percentual para a União. Do percentual que couber ao consórcio, a Petrobras terá 30% para si e a outra empresa terá 70%. A grande vantagem desta proposta é que a Petrobras, como operadora, irá desenvolver o mercado nacional, gerar empregos no país e desenvolver a capacitação nacional. Além disto, ela irá obedecer a velocidade de produção estabelecida pelo Conselho Nacional de Política Energética e, muito importante, garantir a lisura na medição dos quantitativos produzidos, pois esta medição gera muita manipulação no mercado internacional.

3. Criação de um Fundo Social

É importante porque evita a entrada dos dólares de exportação na economia sobrevalorizando o Real. O fundo irá aplicar os recursos no mercado internacional e no País e os resultados serão aplicados em investimentos sociais.



Pontos negativos

1. A continuidade dos leilões é negativa por gerar efeitos colaterais indesejáveis

a) Os países desenvolvidos da Ásia, da Europa, os EUA e o cartel internacional do petróleo não têm reservas e por isto estão numa situação dramática por ter criado uma dependência irresponsável do petróleo. Suas empresas viriam para cá ávidas para produzir. Com isto, o Pré-sal poderia se esgotar em menos de 13 anos, ao invés dos mais de 40 anos possíveis.

b) A entrada maciça de dólares no País causaria uma sobrevalorização do Real inviabilizando as empresas de exportação fora do setor petróleo. Geraria uma dependência de um único produto. Seria a famosa doença holandesa. Poderia também gerar a doença nigeriana, mais grave: empresas estrangeiras produziram e exportaram o petróleo da Nigéria. O País não saiu da pobreza e ficou sem petróleo;

c) Os dólares recebidos pela exportação do petróleo teriam que ser aplicados nos títulos do tesouro americano, rendendo juros negativos e aplicados através de uma moeda decadente.

2. Criação da Petrosal

A criação da empresa Petrosal pressupõe a continuação dos leilões com todas as desvantagens já citadas. Não havendo leilões e o Governo usando a Petrobras para desenvolver o Pré-sal, essa estatal é totalmente desnecessária.

Ponto controverso

1. Aporte de capital na Petrobras equivalente a 5 bilhões de barris

Da forma como está proposto seria muito favorável aos acionistas minoritários da Petrobras e desvantajoso para a União. Isto porque os 5 bilhões de barris seriam petróleo a produzir e seriam avaliados por peritos internacionais por um valor menor do que 10% do valor real. Assim, os acionistas teriam incorporado ao seu patrimônio um petróleo cotado a cerca de, digamos, US\$ 5 por barril, contra US\$ 70 no valor do mercado. Esse aporte tem que ser feito usando as reservas em dólares da União, que podem ser repostas com a renda do Pré-sal. Essa recompra das ações da Petrobras deve ser feita de forma gradativa.

Conclusão

A proposta do Governo traz alguns avanços, mas é necessária uma mobilização da sociedade, não só para sustentar os avanços da proposta, mas também para se obter outros. Afinal, essa é uma riqueza que pertence ao povo brasileiro e deve ser usada para o seu benefício. O petróleo proporcionou o maior movimento da história do Brasil quando era apenas um sonho. Agora, que ele se tornou uma realidade maior do que tudo o que se esperava, temos todos os motivos para defender os interesses do povo brasileiro.

Defender a volta da Lei 2004/53 é defender a soberania nacional. Isto está em sintonia com a modernidade, pois mais de 80% das reservas estão com empresas estatais com tendência de aumento. Além disto, a falácia que o mercado é competente, que as empresas privadas são mais competentes, foi tudo para o ralo. Empresas foram estatizadas para sobreviver. ☺

Unesco declara Equador zona livre do analfabetismo

A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) declarou o Equador como país livre de analfabetismo. A menos de um mês do término do prazo de dois anos para o cumprimento da meta, o país comprovou uma queda de quase sete pontos no índice de analfabetos maiores de 15 anos, passando de 9,3% para 2,7%.

O percentual máximo admitido pela Unesco é de 3,9%. A diretora de Educação Popular do Ministério de Educação equatoriano, Mery Gavilanes, contou que, quando a campanha começou, o analfabetismo chegava a 19% da população em algumas províncias. Para otimizar os resultados da campanha, foram criados cinco subprogramas, dirigidos à população mestiça, comunidades indígenas e

campesinas, comunidades fronteiriças, populações carcerárias e pessoas portadoras de necessidades especiais.

Nas áreas rurais, foram contratados 12 mil alfabetizadores, auxiliados por 190 mil estudantes secundaristas, cujo trabalho de alfabetização converteu-se em requisito para a obtenção do título de aprovação. Foram distribuídos 500 mil livros em todo o país, escritos em espanhol e kichwa, segundo idioma mais falado no Equador pelas comunidades indígenas. Materiais didáticos em outros idiomas nativos estão em processo de elaboração.

Fonte: Telesur/Carta Maior



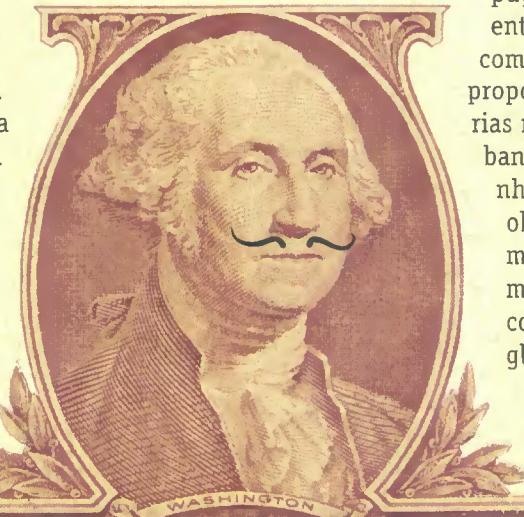
ONU defende criação de moeda global alternativa ao dólar

A Organização das Nações Unidas (ONU) defendeu a criação de uma nova moeda global. Um relatório divulgado no dia 7 de setembro, pela Unctad (o braço das Nações Unidas para o comércio e o desenvolvimento) considerou o atual sistema de moeda de reserva, em que predomina o dólar, como um dos culpados da atual crise. Segundo a análise da coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida, Maria Lúcia Fatorelli, a criação de uma alternativa ao dólar é necessária. "Porque todos os países estão com uma crescente preocupação com a desvalorização do dólar. Isso traz um enorme abalo e representa custo. O que está acontecendo com as indústrias com essa queda do dólar? Elas ficam dependuradas em uma variável que não podem controlar."

De acordo com o relatório da ONU, uma das hipóteses para um

novo sistema é a criação de uma espécie de banco central global, que também poderia ser o Fundo Monetário Internacional (FMI), mas reformado. Este banco central emitiria uma moeda de reserva "artificial" – como o bancor, proposto por John Keynes, em 1944. O bancor seria uma moeda internacional destinada a ajustar os desequilíbrios nos balanços de pagamento dos países. No entanto, os países continuariam com suas próprias divisas. Pela proposta da Unctad, serão necessárias regras que determinem que os bancos centrais mundiais intervejam no mercado de câmbio. O objetivo é fazer com que as moedas se valorizem ou fiquem mais baratas, dependendo do comportamento da economia global.

Fonte: Radioagência NP



Fórum Social Mundial 10 Anos

Grande Porto Alegre: de volta para casa

Desde a sua primeira edição, em 2001, o Fórum Social Mundial trilhou um longo caminho. No próximo janeiro, quando completa 10 anos de existência, o maior evento antiglobalização neoliberal do planeta vai voltar a Porto Alegre e outras cidades da Região Metropolitana. O encontro vai ocorrer entre 25 e 28 de janeiro, com a seguinte estrutura: em Porto Alegre, um seminário de reflexão e de alternativas sobre o FSM e, nos demais municípios, fóruns auto-organizados sobre temas como economia solidária, educação, poder local, entre outros. Todas as cidades do chamado Território Social Mundial – de Canoas a Sapiranga – estão engajadas na organização de debates, oficinas e atividades culturais.

A proposta do Conselho Internacional do Fórum é que a crise global seja o elemento unificador dos debates, considerando o seu viés econômico, ambiental, alimentar, energético e humanitário, por exemplo. Em uma década, o processo do FSM mudou a agenda política internacional, impulsionou o movimento altermundialista e consolidou um espaço de articulação de lutas, de campanhas e do debate sobre alternativas para um outro mundo possível.

Fonte: juventudesolidaria.blogspot.com



Tráfico de seres humanos Um negócio lucrativo

Há anos, o tráfico de seres humanos é praticado, principalmente, por ser um negócio extremamente lucrativo. Segundo informações do Escritório das Nações Unidas Contra Drogas e Crime (UNODC), apenas o tráfico de internacional de mulheres e crianças movimenta, anualmente, de US\$ 7 bilhões a US\$ 9 bilhões, perdendo em lucratividade somente para o tráfico de drogas e o contrabando de armas. A estimativa é de que, para cada pessoa conduzida ilegalmente de um país para outro, o lucro das organizações criminosas chegue a US\$ 30 mil.

Por ser um problema em constante combate, o tráfico de seres humanos recebeu várias definições. A definição aceita internacionalmente está contida no Protocolo para Prevenir, Suprimir e Punir o Tráfico de Pessoas, Especialmente Mulheres e Crianças, em suplemento à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, mais conhecida como Convenção de Palermo. O documento foi ratificado pelo Brasil no ano de 2003 e define tráfico de seres humanos como "récrutamento, transporte, transferência, abrigo ou recebimento de pessoas, por meio de ameaça ou uso da força ou outras formas de coerção, de rapto, de fraude, de engano, do abuso de poder ou de uma posição de vulnerabilidade ou de dar ou receber pagamentos ou benefícios para obter o consentimento para uma pessoa ter controle sobre outra pessoa, para o propósito de exploração".

A exploração também se configura quando a pessoa traficada é submetida a serviços forçados ou à escravidão. Há ainda o tráfico que tem como fim a remoção e venda de órgãos. O Projeto Trama, iniciado em 2004 com o objetivo de desenvolver ações de enfrentamento do tráfico de pessoas para fins de exploração sexual, entende que existe exploração sempre que os direitos humanos forem violados.



Fonte: Adital, com informações de www.trama.org.br

www.brasiliiana.usp.br

A USP lançou um site que disponibiliza 3.000 obras para download, com livros raros, documentos históricos, manuscritos e imagens que são parte do acervo da Biblioteca Brasiliana Guita e José Mindlin, doada à Universidade. Há planos de aumentar o catálogo para 25 mil títulos, incluindo as primeiras edições de Machado de Assis e de Hans Staden.

www.trocadelivros.com.br

O portal Troca de Livros tem como objetivo incentivar a cultura e facilitar a aquisição de novos livros a preços baixos, além de estimular a troca de informações entre pessoas das mais diversas regiões e culturas. Todas as trocas podem ser feitas diretamente na página, através de aplicações que dão acesso às ofertas, sistema de negociação, informações de envio etc. Para aumentar a confiabilidade dos usuários, foi criado um programa de pontuação. O manual de instruções ensina como ingressar na comunidade.

www.biblio.com.br

Na biblio, o internauta tem acesso a obras em domínio público de grandes autores da língua portuguesa, que tenham falecido há mais de 70 anos, conforme determina a Lei de Domínio Público. Não existem resumos ou resenhas das obras, só textos completos e respeitando a linguagem da época. Para tirar as dúvidas, o site disponibiliza um dicionário, no canto esquerdo da tela.



Assunto Encerrado

Discursos sobre literatura e sociedade

Italo Calvino

Companhia das Letras

392 páginas

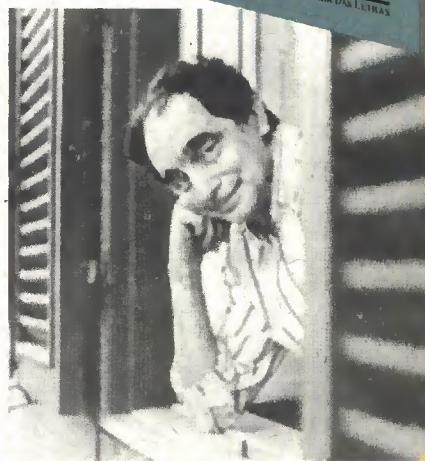
R\$ 49,50

Italo Calvino foi não "apenas" o grande ficcionista da trilogia Os nossos antepassados, de As cidades invisíveis, de Palomar e de tantos outros livros, mas também, ou sobretudo, um dos ensaístas mais brilhantes do século XX. Sua atividade de crítico literário e de crítico da cultura já é bastante conhecida do leitor brasileiro pelos livros Seis Propostas para o Próximo Milênio e Por que Ler os Clássicos, ambos publicados pela Companhia das Letras.

Mas foi com Assunto encerrado, publicado originalmente em 1980, que Calvino reuniu pela primeira vez, em um volume, uma parte da crítica que ele mesmo considerava a mais representativa de seu percurso intelectual. "Intelectual engajado" no melhor sentido do termo, mas sem ceder a dogmatismos, Calvino analisa com estilo claro e preciso as reviravoltas culturais que ocorreram entre o pós-Segunda Guerra e o mundo globalizado, entre a estética neorrealista e as invenções pós-modernas, sempre buscando encontrar alguma lucidez por entre as ideologias antagônicas da Guerra Fria.

Partindo quase sempre da situação italiana – Pavese e Vittorini, Manzoni, Pasolini –, mas com uma visão de amplo espectro, neste livro Calvino condensa, avalia e revê em perspectiva suas tomadas de posição desde a juventude militante até a maturidade, podendo finalmente ver, na sequência de seus textos, "uma história que tem seu sentido".

CALVINO, Italo. *Assunto encerrado — Discursos sobre literatura e sociedade*. Companhia das Letras, 2009. 1a ed. [Una pietra sopra. *Discorsi di letteratura e società*, 1980]. Tradução: Roberta Barni



Vozes da estante

Susana Vernieri

Editora do Autor



Vozes da Estante é uma publicação com nove ensaios, que estabelecem um diálogo com os autores que representam o melhor da literatura brasileira.

O livro concentra seu foco na poesia e narrativa brasileira, produzidas no século 20. A autora examina textos de João Cabral de Melo Neto – uma predileção confessa -, além de O auto da compadecida, de Ariano Suassuna e Orfeu da Conceição, de Vinicius de Moraes, obras em que a poesia e o drama se associam para alcançar a difícil unidade entre o erudito e o popular. A poesia é contemplada ainda em Tempo espanhol, de Murilo Mendes. O crime de amar em Dom Casmurro, de Machado de Assis, também é objeto de investigação; assim como a arte de João do Rio, que em A alma encantadora das ruas revela uma escrita moderna e fascinante, identificada com o Novo Jornalismo. E, ao abordar a exclusão de Gregório de Matos do livro Formação da literatura brasileira, de Antonio Candido, recupera uma polêmica presente na historiografia literária nacional.

160 páginas

R\$ 25,00

Artesania Clínica

Questões para uma prática da multiplicidade

Maria Célia Detoni
Editora Marcavisual



160 páginas

R\$ 32,00

Artesania Clínica apresenta um cuidadoso caleidoscópio de textos que podem ser lidos por profissionais das mais diversas áreas, em um estilo de escrita suave, aliado ao rigor do pensamento. Seus temas traduzem o caminho da experiência profissional da autora, fazendo com que a escrita tenha a consistência da práxis. O leitor vai encontrar um pensamento curioso e investigativo em relação ao nosso tempo, discutindo diferentes temas da prática clínica e da contemporaneidade. Maria Célia Detoni é psicoterapeuta e psicóloga pela Universidade de Passo Fundo, psicóloga social pelo Instituto de Psicologia Social Enrique Pichon-Rivière e mestre em Educação pela Ufrgs.

www.marcavisual.com.br/artesanacia

O sul se vê por aqui

Desde a primeira transmissão, em 24 de julho de 2005, ataques e elogios se aglomeram em torno da Televisión del Sur (TeleSur), rede multiestatal latino-americana, com sede na Venezuela. A data do primeiro programa transmitido não é por acaso, a escolha do aniversário de nascimento de Simón Bolívar é a primeira dica para quem não conhece a rede. Sob o lema "Nuestro Norte es el Sur", a parceria é financiada pelos governos da Venezuela, Cuba, Argentina e Uruguai. A TeleSur é um canal que nasce de uma evidente necessidade latino-americana: ser uma alternativa comunicacional para toda a América Latina e o Caribe, em resposta à hegemonia das grandes corporações americanas, como a CNN e outras emissoras que transmitem em espanhol para o resto do continente.

por Clarissa Pont

Na última edição publicada no mês de agosto, a revista IstoÉ estampava o artigo "O lobista de Chávez", no qual desfere ataques contra o jornalista Carlos Alberto de Almeida, reconhecido por uma militância internacionalista e por compromissos com a ética jornalística. "Descaradamente marcarhistas, o texto insufla a perseguição política", analisa o jornalista e autor do livro A Ditadura da Mídia, Altamiro Borges. Para a revista, Almeida seria um inimigo da "liberdade de expressão" por defender as medidas de Hugo Chávez contra a ditadura midiática, entre elas a criação da TeleSur. "A fonte principal da IstoÉ é Sociedade Interamericana de Prensa (SIP), a máfia dos barões da mídia que não tolera qualquer restrição legal à libertinagem de imprensa", avalia Altamiro. O texto também desfere ataques à Telesur. Beto Almeida é membro do seu conselho direutivo, "seguindo à risca a cartilha do caudilho venezuelano", diz a revista.

A polêmica não se estancou por aí e o jornalista Beto Almeida enviou, dia 26 de agosto, carta ao diretor de redação da revista Isto É, Octávio Costa, pedindo direito de resposta, relativo à matéria que o acusa de ser "lobista de Chavez". "A matéria tenta colocar em dúvida e enxovalhar o caráter voluntário desta função por mim exercida, certamente porque seu autor deve medir o mundo pelo amargo desprezo que nutre pelas causas solidárias e humanísticas", diz Almeida no documento.



Segundo ele, defender a TeleSur, e participar da construção de canais alternativos de informação é fundamental "para milhões de latino-americanos que querem ver uma informação diferente, que não seja submetida às televisões comerciais que tem seus critérios determinados pelos interesses dos seus grandes anunciantes. Nós vamos fazer uma televisão em favor da integração dos povos latino-americanos. Vamos fazer uma TV em favor da cultura, sem baixaria, sem culto à violência, resgatando a memória e a história dos povos latino-americanos e conseguir, através disso, provar que é possível fazer da televisão uma ferramenta inteligente".

A divulgação de filmes e documentários que hoje não encontram espaço de exibição é outra defesa realizada por Almeida. "Esses filmes vão encontrar na Telesur uma grande janela: documentários da Argentina, da Colômbia, do Brasil, do México que estão engavetados. O cinema latino-americano, em função do controle de 85% do audiovisual norte-americano sobre o mundo, não tem onde ser exibido, não encontra espaço de exibição", completa o defensor do canal.

De qualquer forma, polêmicas como esta envolvendo a TeleSur não começaram agora. Logo que foi criada, a rede enfrentou pressões por parte do governo dos Estados Unidos. A Câmara dos Representantes do Congresso dos EUA aprovou, na época, uma emenda que autorizava a



transmissão de "imagens e sons especiais" para a Venezuela, com o objetivo de interferir no sinal da Telesur. A justificativa foi a necessidade de contrapor o "anti-americanismo" do novo canal. Na época, o presidente da Venezuela, Hugo Chávez, defendeu o caráter integrador da Telesur e advertiu que o país estava pronto para neutralizar os sinais de rádio e televisão enviados desde os EUA para interferir na programação. A iniciativa de tentar interferir na programação da nova televisão partiu do deputado republicano da Flórida, Connie Mack, com o objetivo de permitir ao povo venezuelano "conhecer as ideias de liberdade, segurança e prosperidade por cima da propaganda transmitida pelo governo de Hugo Chávez".

Mas não é preciso ir tão longe. No Brasil, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou recentemente um projeto de lei que estabelece a obrigatoriedade da programação da rádio e da TV Educativa ser exclusivamente de interesse nacional, sendo proibido a retransmissão de programações diárias de outros países. O projeto, de autoria do deputado Ney Leprevost (PP), teria como alvo justamente os programas produzidos pela TeleSur. Somente os deputados Tadeu Veneri (PT) e Luiz Claudio Romanelli (PMDB) votaram contra, alegando se tratar de matéria inconstitucional.

Embora a TeleSur ainda engatinhe, se comparada às grandes emissoras que produzem informação para o continente, o debate em torno de sua existência se explica no alcance e na velocidade de expansão do canal. A nova rede possui correspondentes em Buenos Aires, La Paz, Havana, Brasília, Cidade do México, Montevidéu, Bogotá, Caracas, Porto Príncipe e Washington. O Brasil pretende ceder mais apoio logístico à nova TV e prevê-se troca de matérias entre a TeleSur e a TV Brasil, o canal estatal brasileiro. A cobertura do canal atinge toda a América, Europa Ocidental e norte da África, pelo satélite NSS (New Skies Satellite) 806. O sinal da TeleSur é recebido gratuitamente através de uma antena parabólica e um IRD (receptor-decodificador) compatível com DVB. O sinal é transmitido 24 horas por dia.

+1 TV

TV Brasil

A TV Brasil nasceu da criação, por meio de decreto publicado no Diário Oficial da União, da Empresa Brasil de Comunicação, em 25 de outubro de 2007. A empresa surgiu da fusão dos patrimônios da Empresa Brasileira de Comunicação (Radiobrás) e da Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto (Acerp), que coordenava a TVE Brasil. A programação da TV Brasil consiste em quatro horas diárias de produção independente e regional, além de alguns programas veiculados por outras emissoras públicas, como é o caso do Roda Viva da TV Cultura de São Paulo. A programação é dividida em faixas temáticas: infantil, animação, audiovisual, cidadania, esportes.

Blog do Miro

MST e as ações criminosas da revista Veja

Os editores da revista Veja são de um crime depravado. Na edição desta semana, este panfleto da ditadura colonizada estampou mais uma capa com ataques ao MST. A revista não provou que "Alves é o chefe do MST". A foto é falsa, é uma foto de organização com dinheiro público. A chamada "Como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra desvia dinheiro público e verbas estrangeiras para cometer seus crimes". Na "repaginagem" interna, nenhuma entrevista com lideranças dos sem-terra e nem houve visita às escolas e assentamentos produtivos do MST.

Como apongues ilegais, ela se jeta de que "é acaso os movimentos bancários de quatro entidades ligadas aos sem-terra. Elas juntaram como o governo e organizações Internacionais acabam financiando as atividades criminosas do movimento". As quatro entidades – Associação Nacional de Cooperativas Agrícolas (Anca), Confederação das Cooperativas de Trabalhadores Rurais (Confecat) e Federação de Pesquisas Contestado (Cepac) e Instituto Técnico de Estudos Agrários e Cooperativismo (Itec) – recebem 43 milhões de reais em convênios com o governo entre 2005 e 2007, resumindo a revista da Editora Abril, que sempre saqueou os cofres públicos.

Uma "repaginagem" interessante
O novo ataque ao MST não é gratuito. Ele ocorre poucos dias após a jornada nacional de luta por mais verbas para a reforma agrária e pela atualização dos convênios de cooperação entre a União e os Estados. Juntas,

+1 blog

<http://altamiroborges.blogspot.com/>

No blog do Miro, como é conhecido, o jornalista Altamiro Borges, autor do livro Ditadura da Mídia, discute mídia, dá notícias e acompanha o processo de realização da 1ª Conferência Nacional de Comunicação (Confecom). Segundo ele, vive-se um momento histórico no Brasil. "Tenho para mim que a convocação da Conferência pelo Governo Lula é uma grande vitória dos movimentos sociais e não podemos desperdiçá-la, mesmo que não ganhemos nada de concreto o mais importante é o papel pedagógico, o processo cumulativo".





Sérgio Soárez / Editora Abril

1979

Promulgada em 28 de agosto de 1979, pelo então presidente João Batista Figueiredo, a Lei da Anistia concedia absolvição, de acordo com o Art. 1º "a todos quantos, no período compreendido entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometaram crimes políticos ou conexo com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta". A luta pela anistia começou no País em 1968. Nessa época foram criados diversos comitês que defendiam uma anistia ampla, geral e irrestrita a todos os brasileiros exilados durante a repressão política. Em 1978 foi criado o Comitê Brasileiro pela Anistia, aliando entidades da sociedade civil. No dia 1º de novembro de 1979 os primeiros brasileiros exilados pela ditadura militar voltavam para casa.

